N.º DO PROCESSO 283 /2021

EXERCÍCIO DE _____ FL. 01

Processo N.º 283/2021 Carga N.º _____

Data do Processo ____/____/____ Em ____/____/____

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

ESTADO DE SÃO PAULO

Interessad Poder Executivo

Natureza do Documento Processado Projeto de Lei nº. 064/2021

Data do Documento Processado 03 de dezembro de 202

Assunto Dispõe sobre alterações na Lei nº. 1722 de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

Câmara Américo Brasiliense

Secretaria Administrativa <secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Solicitação de retirada/Novo projeto

1 mensagem

Prefeitura de Américo Brasiliense <notificacao@1doc.com.br> 3 de dezembro de 2021 15:34
Responder a: responda+3634362D313135303534@1doc.com.br
Para: secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br, thaiza.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br, procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

Ofício 829/2021:

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Folha 01
Proc. 283/2021
Resp. RCB

Excelentíssimo Senhor Presidente
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, os seguintes expedientes:

- *Ofício nº 419/2021 - Solicitação de retirada do Projeto de Lei nº 062/2021; e*
- *Ofício nº 420/2021 - Projeto de lei que dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.*

Solicito ainda a gentileza da confirmação da protocolização do mesmo.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabio Tavares da Silva
Secretário Municipal

Saiba como responder este Ofício

Acompanhar online »

Enviado e rastreado com 1Doc.

Para cancelar recebimento de comunicação de **Prefeitura de Américo Brasiliense** neste e-mail, clique aqui.

3 anexos

of_419_2021_assinado_.pdf
209K

of_420_2021_assinado_PL_.pdf
212K

Projeto_lei_Altera_Lei_1722_2010_Abono_FUNDEB_V_3.docx
47K

Folha 03
Proc. 283/2021
Resp.

Folha 04
Proc. 283/2021
Resp. DVCB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Américo Brasiliense, 03 de dezembro de 2021.

OFÍCIO Nº 420/2021

Processo 283

Excelentíssimo Senhor Presidente

Com os nossos cordiais e respeitosos cumprimentos, tomamos a liberdade de encaminhar através dessa Presidência, para que seja levado à deliberação dos nobres Senhores Vereadores membros dessa Casa Legislativa, o incluso projeto de Lei que dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

Recentemente, houve modificação da estrutura do financiamento da educação no País através da Emenda Constitucional n° 108, de 26 de agosto de 2020, que instituiu o novo Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foi editada a Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (com vigência a partir de 26 de dezembro de 2020) para regulamentação do Novo Fundeb.

Na vigência do Fundeb até 2020, havia regra mínima para que 60% dos recursos do Fundo fossem utilizados para o pagamento de profissionais do Magistério. Conforme a EC nº 108/2020, o novo Fundo, que produz efeitos financeiros a partir de 1 de janeiro de 2021, ampliou a subvinculação de gastos de pessoal do Fundeb de 60% com profissionais do magistério para 70% aos profissionais da educação da básica.

A regulamentação do Fundeb, Lei nº 14.113/2020, em seu art. 26, inciso II, considera com profissionais da educação básica *"aqueles definidos nos termos do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como aqueles profissionais referidos no art. 1º da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, em efetivo exercício nas redes escolares de educação básica"*.

Assim, o novo Fundeb estipula dois percentuais de aplicação do recurso: no mínimo de 70% para pagamento de remuneração profissionais da educação básica e, e no máximo 30% para despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 70 da LDB.

Protocolo 00177 03/12/2021 16h08

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 7E94-BA19-6E37-7FF1

PÁGINA EM BRANCO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Desta forma, objetiva o presente projeto, prover as alterações necessárias na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, de forma a adequá-la a Emenda Constitucional n° 108, de 26 de agosto de 2020, e a Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Por julgar a presente matéria e extrema urgência, solicitamos que a sua tramitação seja por via de **Regime de Urgência**, conforme estabelecido no Regimento Interno dessa Casa.

Na expectativa de que o presente projeto irá receber uma manifestação favorável dos nobres Senhores Vereadores, aproveitamos a oportunidade para expressar nossos agradecimentos, reafirmando a Vossa Excelência e aos demais pares os protestos de consideração e distinto apreço.

PÁGINA EM BRANCO

Atenciosamente,

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
AMÉRICO BRASILIENSE – SP

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 7E94-BA19-6E37-7FF1

PÁGINA EM BRANCO

Folha 06
Proc. 283/2021
Resp. DICB

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

PROJETO DE LEI Nº 064 /2021

Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

Art. 1º A ementa da Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o "Abono FUNDEB" a ser pago aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense e dá outras providências."

Art. 2º A Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O "Abono FUNDEB", será pago anualmente aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense que efetivamente estiverem em exercício dos respectivos cargos, com rateio do valor financeiro remanescente das verbas do FUNDEB, na forma e condições especificadas nesta Lei.

Parágrafo único. Entende-se como integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica municipal, o definido pelo inciso II, do artigo 26 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020."

"Art. 2º Os Departamentos Municipais de Educação, de Finança e de Recursos Humanos, elaborarão planilhas demonstrativas (anexos I e II), com o número de horas aulas efetivamente atribuídas aos profissionais constantes do artigo anterior, durante o ano letivo, de acordo com calendário homologado, assim como o valor total, em reais, remanescentes de no mínimo 70% (sessenta inteiros percentuais) do FUNDEB, vinculado ao pagamento do pessoal do quadro dos profissionais da Educação Básica municipal, assim compreendido na forma do parágrafo único do artigo 1º."

"Art. 3º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo segundo desta Lei, serão lançados em planilhas (anexos I e II) às horas de aulas efetivamente trabalhadas pelos profissionais da Educação Básica municipal."

"Art. 4º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, somente serão lançadas nas planilhas às horas aulas trabalhadas com alunos em dias letivos, em calendário escolar homologado, inclusos HTPC e HTPI, exclusos atividades didáticas pedagógicas e HTPL."

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 7E94-BA19-6E37-7FF1

PÁGINA EM BRANCO

Folha 07
Proc. 223/2021
Resp.

"Art. 5º As horas excedentes relativas à substituição de faltas e licenças, projetos, reforço escolar, recuperação, apoio pedagógico e atividades didático-pedagógicas, que não tenham sido objeto de atribuição e publicação, não incorporarão o cálculo para fins do pagamento do abono de que trata a presente lei.

.....

....."

"Art. 6º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, todas as ausências computadas durante o ano letivo serão consideradas em porcentagem do montante de aulas trabalhadas do profissional da Educação Básica municipal, referente ao artigo 3º desta Lei.

§ 1º Entenda-se como ausência computada as definidas nos § 1º e § 2º do artigo 47 da Lei Complementar Municipal nº 036/2003.

.....

....."

"Art. 7º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, os profissionais da Educação Básica municipal deverão dar ciência mensal na planilha e no final do ano letivo, onde será computado seu saldo anual.

.....

....."

"Art. 9º .....

.....

Parágrafo único. Para fins de apuração do valor hora aula do rateio expresso por Var, o Departamento de Contabilidade indicará o valor financeiro remanescente de no mínimo 70% (setenta inteiros percentuais), para ser dividido pelo total de horas aula efetivamente trabalhadas ∑Y'r.

.....

....."

"Art. 11.....

.....

§2º.....

I- até 5 (cinco) ausências anuais: 100% do valor financeiro;
II- 6 (seis) ausências anuais: 90% do valor financeiro;
III- 7 (sete) ausências anuais: 80% do valor financeiro;
IV- 8 (oito) ausências anuais: 70% do valor financeiro;
V- 9 (nove) ausências anuais: 60% do valor financeiro;
VI- 10 (dez) ausências anuais: 50% do valor financeiro;
VII- 11 (onze) ausências anuais: 40% do valor financeiro;
VIII- 12 (doze) ausências anuais: 30% do valor financeiro;
IX- acima de 12 (doze) ausências anuais: 20% do valor financeiro.

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 7E94-BA19-6E37-7FF1

PÁGINA EM BRANCO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

§3º O saldo remanescente será rateado igualmente entre todos os profissionais enquadrados nos quatro menores incisos em que houver enquadramento.

§4º As ausências de que trata o §2º deste artigo abrangerão todas as espécies de faltas, inclusive as justificadas, exceto as decorrentes de requisição judicial, de acidente do trabalho, licenças profiláticas e licenças de cirurgias não eletivas, reconhecidas pelo Médico do Trabalho ou outro profissional designado pela Administração, licenças maternidade e paternidade, gala e nojo."

Art. 12. (revogado).

Parágrafo único. (revogado).

Art. 13. (revogado).

§1º (revogado).

§2º (revogado).

"Art. 14. O "Abono FUNDEB" deferido aos profissionais, nos termos desta Lei, não será incorporado, em nenhuma hipótese, às respectivas remunerações, nem servirá de base de cálculo para quaisquer reflexos estabelecidos na Lei Complementar nº 036/2003."

Art. 3° As despesas decorrentes da execução da presente Lei, onerarão verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palacete "Benedicto Nicolau de Marino", aos 03 (três) dias do mês de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um).

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

LIDO
Em 06/12/2021
Encaminhe-se para as comissões competentes
PRESIDENTE

Aprovado em única discussão
Em 06/12/2021
Presidente

Assinado por 1 pessoa: DIRCEU BRÁS PANO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 7E94-BA19-6E37-7FF1

PÁGINA EM BRANCO

Folha 09
Proc. 283/2021
Resp. DCS

000201

LEI N.º 078/2010

De 20 de dezembro de 2010

Dispõe sobre o rateio de valor financeiro remanescente a ser pago aos integrantes do quadro do magistério público municipal de Américo Brasiliense e dá outras providências.

VALDEMIRO BRITO GOUVÊA, Prefeito do Município de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão Extraordinária realizada no dia 17 de dezembro do corrente ano, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - O rateio do valor financeiro remanescente será pago anualmente aos integrantes do quadro do magistério municipal de Américo Brasiliense que efetivamente estiverem em exercício dos respectivos cargos, vinculadas aos convênios de municipalização da Educação Básica, com verbas do FUNDEB, na forma e condições especificadas nesta Lei.

Parágrafo Único – Entende-se como integrante do quadro do magistério municipal o definido pelo inciso II, do artigo 22 da Lei Federal n° 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 2° - O Departamento Municipal de Educação e Cultura, Contabilidade e o Setor de Recursos Humanos elaborarão planilhas demonstrativas (anexos I e II), com o número de horas aulas efetivamente atribuídas aos profissionais constantes do artigo anterior, durante o ano letivo, de acordo com calendário homologado, assim como o valor total,em reais, remanescentes de no mínimo 60%(sessenta por cento) do FUNDEB, vinculado ao pagamento do pessoal do quadro do magistério público municipal da Educação Básica.

Art. 3° - Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo segundo desta Lei, serão lançados em planilhas (anexos I e II) às horas de aulas efetivamente trabalhadas pelos profissionais do quadro do magistério público municipal da Educação Básica, todos vinculados ao convênio de municipalização.

Art. 4° - Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2° desta Lei, somente serão lançadas nas planilhas às horas aulas trabalhadas com alunos em dias letivos, em calendário escolar homologado, incluso HTPC, exclusos atividades didáticas pedagógicas e HTPL.

Art. 5° - As horas excedentes relativas à substituição de faltas e licenças, projetos, reforço escolar, recuperação, apoio pedagógico e atividades didático-pedagógicas, que não tenham sido objeto de atribuição e publicação, não incorporarão o cálculo para fins do rateio de valor financeiro remanescente de que trata a presente lei.

Parágrafo Único – Curso, capacitação, formação, congresso acadêmico, eventos pedagógicos, palestras ou reunião pedagógica, devidamente autorizados, serão computados para efeito de rateio, somente aqueles cujos horários coincidirem com a jornada de trabalho atribuída.

Folha 10
Proc. 283/2021
Resp.

Art. 6º - Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, todas as ausências computadas durante o ano letivo serão consideradas em porcentagem do montante de aulas trabalhadas do profissional do quadro do magistério público municipal da Educação Básica referente ao artigo 3º desta Lei.

§ 1º - Entenda-se como ausência computada as definidas nos § 1º e § 2º do artigo 47 da Lei Complementar Municipal nº 001/2003.

§ 2º - Define-se como desconto de uma hora aula, todo atraso que exceder os 10 minutos.

Art. 7º - Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, os profissionais do quadro do magistério municipal da Educação Básica deverão dar ciência mensal na planilha e no final do ano letivo, onde será computado seu saldo anual.

Art. 8º - Na apuração do total de horas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, cada unidade deverá indicar a somatória de todas as horas aulas trabalhadas ∑U, somatória das ausências lançadas pelos profissionais ∑ab e a somatória de todos os profissionais da unidade, devidamente ratificada e publicada.

Art. 9º - O resultado da divisão do valor financeiro remanescente (∑X), pelo número total de horas aulas efetivamente trabalhadas na rede (∑Y'r) e apuradas nos termos do artigo 2º desta Lei, indicará o valor hora aula do rateio, expresso por Var, indicado no anexo III.

Parágrafo Único – Para fins de apuração do valor hora aula do rateio expresso por Var, o Departamento de Contabilidade indicará o valor financeiro remanescente de no mínimo 60%, para ser dividido pelo total de horas aula efetivamente trabalhadas ∑Y'r.

Art. 10 – Para o cálculo total de horas aulas efetivamente trabalhadas na rede (∑Y'r), define-se: como sendo o total de horas aulas efetivamente trabalhadas em cada unidade ∑U.

Art. 11 – Para o cálculo do montante de valor financeiro em reais do profissional beneficiário deverá ser utilizada a expressão Vrpb=∑y'b x Var x (1 - ∑ab/∑y'b), onde Vrpb é o valor financeiro em reais do profissional beneficiário, Var é o valor da aula rateio, ∑y'b é o total de horas aulas trabalhadas pelo beneficiário, ∑**ab** é o total de ausências do profissional beneficiário.

§ 1º - O valor do desconto da porcentagem das ausências de que trata o artigo 6º desta Lei, será dividido entre os profissionais beneficiários, com base nas horas aulas efetivamente trabalhadas por cada beneficiário (∑y'b) lançadas na unidade.

§ 2º - O saldo resultante da diferença entre o valor financeiro remanescente (∑X) e o valor calculado (∑Vrpb) dividido pelo total de horas trabalhadas em toda rede (∑ Y'r) originará o valor Varrb que é o novo valor do rateio remanescente, cujo produto pelas aulas trabalhadas pelo profissional beneficiário (∑y'b) resultará no Vrprb que é o valor financeiro resultante das ausências dos profissionais beneficiários.

Art. 12 – Os profissionais do quadro do magistério municipal de Educação Básica como: Diretor Administrativo, Diretor Adjunto, Assessor Técnico Pedagógico e professores formadores, que tiverem exercício durante o ano letivo receberão pela jornada designada.

Parágrafo Único – Os professores do processo seletivo da Educação Básica, de caráter temporário, em exercício parcial ou total, farão jus às horas aulas atribuídas trabalhadas.

Folha 11
Proc. 283/2021
Resp.

000203

Art. 13 – O rateio do valor financeiro remanescente será deferido aos profissionais conveniados a serviço do município junto ao programa de parceria educacional Estado-Município, sendo descontado o valor do Bônus Mérito definido pela legislação estadual.

§ 1° – Na hipótese do bônus ser pago integralmente pelo governo do estado, ou seja, com valores iguais ou superiores, os profissionais definidos neste artigo não farão jus ao recebimento da referida gratificação por parte do Município.

§ 2° – Na hipótese do governo estadual não efetuar o pagamento integral dos valores rateados, será garantindo a paridade do pagamento pelo município no período de até 20 dias corridos após a apresentação de todos os comprovantes de recebimento dos interessados.

Art. 14 – O rateio do valor financeiro remanescente deferido aos profissionais, nos termos desta Lei, não será incorporado, em nenhuma hipótese, às respectivas remunerações, nem servirá de base de cálculo para quaisquer reflexos estabelecidos na Lei Complementar n° 001/2003.

Art. 15 – As despesas com a execução desta Lei onerarão dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n° 023/2003, de 22 de outubro de 2003.

Palacete "Benedito Nicolau de Marino", aos 20 dias do mês de dezembro de 2010 (dois mil e dez).

VALDEMIRO BRITO GOUVÊA
Prefeito Municipal

Publicada no Departamento competente da Prefeitura Municipal

SEBASTIÃO DONIZETE RORATO
Diretor de Gabinete

Registrada às fls. 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208 e 209 do livro competente n° 30(trinta).

00320

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

Professor (a):	1			
RG:		☐ Efetivo	☐ Temporário	**ANEXO I**
Aulas atribuídas:		horas/semanais (inclusos HTPC)		

Aulas atribuídas semanais – inclusos HTPC

segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira

MÊSES / DIAS	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11		12		13		14		15	
	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus
JANEIRO																														
FEVEREIRO																														
MARÇO																														
ABRIL																														
MAIO																														
JUNHO																														
JULHO																														
AGOSTO																														
SETEMBRO																														
OUTUBRO																														
NOVEMBRO																														
DEZEMBRO																														

MÊSES / DIAS	16		17		18		19		20		21		22		23		24		25		26		27		28		29		30		31		Somatória Aulas trab.	Somatória Ausências	Ciente
	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus	ad	aus			
JANEIRO																																	0,00	0,00	
FEVEREIRO																																	0,00	0,00	
MARÇO																																	0,00	0,00	
ABRIL																																	0,00	0,00	
MAIO																																	0,00	0,00	
JUNHO																																	0,00	0,00	
JULHO																																	0,00	0,00	
AGOSTO																																	0,00	0,00	
SETEMBRO																																	0,00	0,00	
OUTUBRO																																	0,00	0,00	
NOVEMBRO																																	0,00	0,00	
DEZEMBRO																																	0,00	0,00	

Total de Aulas Trabalhadas	**0,00**
Total de Ausências	**0,00**
Total Liquido	**0,00**

Direção da Unidade Escolar

Professor (a)

Folha 17
Proc. 22/10/2021
Resp.

Folha 13
Proc. 083/2011
Resp. TPLB

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE

Código da unidade:	
Unidade escolar:	
Dir. da Unid Esc:	

Ano Letivo	2010

	Professores (as)	E[1]	T[1]	ΣY'b	Σab	Fator ab/y'b	Y'bu	Ciente
1				0,00	0,00	0,0000	0,00	
2				0,00	0,00	0,0000	0,00	
3				0,00	0,00	0,0000	0,00	
4				0,00	0,00	0,0000	0,00	
5				0,00	0,00	0,0000	0,00	
6				0,00	0,00	0,0000	0,00	
7				0,00	0,00	0,0000	0,00	
8				0,00	0,00	0,0000	0,00	
9				0,00	0,00	0,0000	0,00	
10				0,00	0,00	0,0000	0,00	
11				0,00	0,00	0,0000	0,00	
12				0,00	0,00	0,0000	0,00	
13				0,00	0,00	0,0000	0,00	
14				0,00	0,00	0,0000	0,00	
15				0,00	0,00	0,0000	0,00	
16				0,00	0,00	0,0000	0,00	
17				0,00	0,00	0,0000	0,00	
18				0,00	0,00	0,0000	0,00	
19				0,00	0,00	0,0000	0,00	
20				0,00	0,00	0,0000	0,00	
21				0,00	0,00	0,0000	0,00	
22				0,00	0,00	0,0000	0,00	
23				0,00	0,00	0,0000	0,00	
24				0,00	0,00	0,0000	0,00	
25				0,00	0,00	0,0000	0,00	
26				0,00	0,00	0,0000	0,00	
27				0,00	0,00	0,0000	0,00	

000206

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE

Código da unidade:		Ano Letivo	2010
Unidade escolar:			
Dir. da Unid Esc:			

	Professores (as)	E[1]	T[1]	ΣY'b	Σab	Fator ab/y'b	Y'bu	Ciente
28				0,00	0,00	0,0000	0,00	
29				0,00	0,00	0,0000	0,00	
30				0,00	0,00	0,0000	0,00	
31				0,00	0,00	0,0000	0,00	
32				0,00	0,00	0,0000	0,00	
33				0,00	0,00	0,0000	0,00	
34				0,00	0,00	0,0000	0,00	
35				0,00	0,00	0,0000	0,00	
36				0,00	0,00	0,0000	0,00	
37				0,00	0,00	0,0000	0,00	
38				0,00	0,00	0,0000	0,00	
39				0,00	0,00	0,0000	0,00	
40				0,00	0,00	0,0000	0,00	
41				0,00	0,00	0,0000	0,00	
42				0,00	0,00	0,0000	0,00	
43				0,00	0,00	0,0000	0,00	
44				0,00	0,00	0,0000	0,00	
45				0,00	0,00	0,0000	0,00	
46				0,00	0,00	0,0000	0,00	
47				0,00	0,00	0,0000	0,00	
48				0,00	0,00	0,0000	0,00	
49				0,00	0,00	0,0000	0,00	
50				0,00	0,00	0,0000	0,00	
51				0,00	0,00	0,0000	0,00	
52				0,00	0,00	0,0000	0,00	
53				0,00	0,00	0,0000	0,00	
54				0,00	0,00	0,0000	0,00	

Folha 14
Proc. 283/2021
Resp.

000207

Folha 15 Proc. 233/2010 Resp. Rub

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE

ANEXO II

Código da unidade:	
Unidade escolar:	
Dir. da Unid Esc:	
Ano Letivo	2010

	Professores (as)	E[1]	T[1]	∑Y'b	∑ab	Fator ab/y'b	Y'bu	Ciente
55								
56				0,00	0,00	0,0000	0,00	
57				0,00	0,00	0,0000	0,00	
58				0,00	0,00	0,0000	0,00	
59				0,00	0,00	0,0000	0,00	
60				0,00	0,00	0,0000	0,00	
61				0,00	0,00	0,0000	0,00	
62				0,00	0,00	0,0000	0,00	
63				0,00	0,00	0,0000	0,00	
64				0,00	0,00	0,0000	0,00	
65				0,00	0,00	0,0000	0,00	
66				0,00	0,00	0,0000	0,00	
67				0,00	0,00	0,0000	0,00	
68				0,00	0,00	0,0000	0,00	
69				0,00	0,00	0,0000	0,00	
70				0,00	0,00	0,0000	0,00	
	Total de horas trabalhadas na Unidade Escolar - ∑U			0,00	0,00			

Direção da Unidade Escolar

E[1]	Professor Efetivo
T[1]	Professor Temporário
∑U	Total de horas trabalhadas na Unidade Escolar

∑ab	Total de ausência (horas aulas) do profissional beneficiário
Fator ab/y'b	Ausência do beneficiário / horas aulas efetivamente trabalhadas pelo beneficiário ((%) (1 - ∑ab/∑y'b))
Y'bu	Resultado do produto das aulas [redacted]amente trabalhadas pelo beneficiário pelo Fator ab/y'b

Folha 16
Proc. 283/2021
Resp.

000208

ANEXO III

Total de horas aulas efetivamente trabalhadas pelo profissional beneficiário = ∑y'b

Total de ausência (horas aulas) do profissional beneficiário = ∑ab

Total de horas aulas efetivamente trabalhadas na unidade escolar = ∑U

Total de horas aulas efetivamente atribuídas na rede municipal = ∑Yr

Total de horas efetivamente trabalhadas na rede municipal = ∑Y'r

Valor financeiro remanescente mínimo do 60% do FUNDEB = ∑X

Valor da hora aula do rateio = Var

Valor financeiro em reais do profissional beneficiário = Vrpb

Valor calculado = ∑Vrpb

Novo valor financeiro do rateio remanescente do beneficiário = Varrb

Valor financeiro resultante das ausências dos profissionais beneficiários = Vrprb

Resultado do produto das aulas efetivamente trabalhadas pelo beneficiário pelo Fator ab/y'b = Y'bu

Fator ab/y'b = Ausência do beneficiário / horas aulas efetivamente trabalhadas pelo beneficiário - ((%) (1 - ∑ab/∑y'b)

Fórmulas:

$Vrpb = \sum y'b \times Var \times (1 - \sum ab / \sum y'b)$

$Varrb = (\sum X) - (\sum Vrpb) / \sum Y'r$

$Vrprb = \sum y'b \times Varrb$

Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Folha 17
Proc. 283/2021
Resp. DVG

LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020

Regulamento

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil, nos termos do art. 212-A da Constituição Federal.

Parágrafo único. A instituição dos Fundos previstos no **caput** deste artigo e a aplicação de seus recursos não isentam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da obrigatoriedade da aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 212 da Constituição Federal e no inciso VI do **caput** e parágrafo único do art. 10 e no inciso V do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de:

I - pelo menos 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do Fundeb, a que se referem os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do **caput** e o § 1º do art. 3º desta Lei, de modo que os recursos previstos no art. 3º desta Lei somados aos referidos neste inciso garantam a aplicação do mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) desses impostos e transferências em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino;

II - pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos demais impostos e transferências.

Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO FINANCEIRA

Seção I

Das Fontes de Receita dos Fundos

Art. 3º Os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita:

I - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) previsto no inciso I do **caput** do art. 155 da Constituição Federal;

II - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) previsto no inciso II do **caput** do art. 155 combinado com o inciso IV do **caput** do art. 158 da Constituição Federal;

III - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) previsto no inciso III do **caput** do art. 155

combinado com o inciso III do **caput** do art. 158 da Constituição Federal;

IV - parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo inciso I do **caput** do art. 154 da Constituição Federal , prevista no inciso II do **caput** do art. 157 da Constituição Federal;

V - parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), relativamente a imóveis situados nos Municípios, prevista no inciso II do **caput** do art. 158 da Constituição Federal;

VI - parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), prevista na alínea a do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

VII - parcela do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do IPI devida ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), prevista na alínea b do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal e na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

VIII - parcela do produto da arrecadação do IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, prevista no inciso II do **caput** do art. 159 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989;

IX - receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas eventualmente incidentes.

§ 1º Inclui-se ainda na base de cálculo dos recursos referidos nos incisos I a IX do **caput** deste artigo o adicional na alíquota do ICMS de que trata o § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Além dos recursos mencionados nos incisos I a IX do **caput** e no § 1º deste artigo, os Fundos contarão com a complementação da União, nos termos da Seção II deste Capítulo.

Folha 18
Proc. 23324/2021
Resp.

Seção II

Da Complementação da União

Art. 4º A União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o art. 3º desta Lei, conforme disposto nesta Lei.

§ 1º A complementação da União destina-se exclusivamente a assegurar recursos financeiros aos Fundos, aplicando-se o disposto no caput do art. 160 da Constituição Federal.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos oriundos da arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal na complementação da União aos Fundos.

§ 3º A União poderá utilizar, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor de complementação ao Fundeb previsto no **caput** deste artigo para cumprimento da aplicação mínima na manutenção e no desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal.

§ 4º O não cumprimento do disposto neste artigo importará em crime de responsabilidade da autoridade competente.

Art. 5º A complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei, nas seguintes modalidades:

I - complementação-VAAF: 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos da alínea a do inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

II - complementação-VAAT: no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), nos termos da alínea a do inciso II do **caput** do art. 6º desta Lei não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei.

Parágrafo único. A complementação da União, nas modalidades especificadas, a ser distribuída em determinado exercício financeiro, será calculada considerando-se as receitas totais dos Fundos do mesmo exercício.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Folha 19
Proc. 283/2021
Resp.

Seção I

Das Definições

Art. 6º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se, na forma do seu Anexo:

I - valor anual por aluno (VAAF):

a) decorrente da distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

b) decorrente da distribuição de recursos de que trata a complementação-VAAF: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º e no inciso I do **caput** do art. 5º desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

II - valor anual total por aluno (VAAT):

a) apurado após distribuição da complementação-VAAF e antes da distribuição da complementação-VAAT: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º e no inciso I do **caput** do art. 5º desta Lei, acrescidas das disponibilidades previstas no § 3º do art. 13 desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

b) decorrente da distribuição de recursos após complementação-VAAT: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º e nos incisos I e II do **caput** do art. 5º desta Lei, acrescidas das disponibilidades previstas no § 3º do art. 13 desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

III - valor anual por aluno (VAAR) decorrente da complementação-VAAR: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei.

Seção II

Das Matrículas e das Ponderações

Art. 7º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal e da complementação da União, conforme o art. 5º desta Lei, dar-se-á, na forma do Anexo desta Lei, em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno (VAAF, VAAT ou VAAR) entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino e consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade, bem como o disposto no art. 10 desta Lei.

§ 1º A ponderação entre diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino adotará como referência o fator 1 (um) para os anos iniciais do ensino fundamental urbano.

§ 2º O direito à educação infantil será assegurado às crianças até o término do ano letivo em que completarem 6 (seis) anos de idade.

Folha 20
Proc. 2931/2021
Resp.

§ 3º Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos previstos no caput do art. 212-A da Constituição Federal:

I - em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas:

a) na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos;

b) na educação do campo oferecida em instituições reconhecidas como centros familiares de formação por alternância, observado o disposto em regulamento;

c) nas pré-escolas, até a universalização desta etapa de ensino, que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I, II, III, IV e V do § 4º deste artigo, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado;

d) na educação especial, oferecida, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , pelas instituições com atuação exclusiva nessa modalidade para atendimento educacional especializado no contraturno para estudantes matriculados na rede pública de educação básica e inclusive para atendimento integral a estudantes com deficiência constatada em avaliação biopsicossocial, periodicamente realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 , com vistas, sempre que possível, à inclusão do estudante na rede regular de ensino e à garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

II - em relação a instituições públicas de ensino, autarquias e fundações públicas da administração indireta, conveniados ou em parceria com a administração estadual direta, o cômputo das matrículas referentes à educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no art. 36-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e das matrículas relativas ao itinerário de formação técnica e profissional, previsto no inciso V do **caput** do art. 36 da referida Lei.

§ 4º As instituições a que se refere o inciso I do § 3º deste artigo deverão obrigatória e cumulativamente:

I - oferecer igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;

II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação na etapa ou na modalidade previstas no § 3º deste artigo;

III - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na etapa ou na modalidade previstas no § 3º deste artigo ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;

IV - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos;

V - ter Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, na forma de regulamento.

§ 5º Os recursos destinados às instituições de que trata o § 3º deste artigo somente poderão ser destinados às categorias de despesa previstas no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 6º As informações relativas aos convênios firmados nos termos do § 3º deste artigo, com a especificação do número de alunos considerados e valores repassados, incluídos os correspondentes a eventuais profissionais e a bens materiais cedidos, serão declaradas anualmente ao Ministério da Educação, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito do sistema de informações sobre orçamentos públicos em educação, na forma de regulamento.

Art. 8º Para os fins da distribuição dos recursos de que trata esta Lei, serão consideradas exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme os dados apurados no censo escolar mais atualizado, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), observadas as diferenças e as ponderações mencionadas nos arts. 7º e 10 desta Lei.

§ 1º Os recursos serão distribuídos ao Distrito Federal e aos Estados e seus Municípios, considerando-se exclusivamente as matrículas nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme os §§ 2º e 3º do art. 211 da

Folha 21
Proc. 2323/2021
Resp.

Constituição Federal, observado o disposto no § 1º do art. 25 desta Lei.

§ 2º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas, observado o disposto na alínea d do inciso I do § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 3º Para efeito da distribuição dos recursos dos Fundos, será admitida a dupla matrícula dos estudantes:

I - da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado;

II - da educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no art. 36-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do itinerário de formação técnica e profissional do ensino médio, previsto no inciso V do **caput** do art. 36 da referida Lei.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica da rede pública de ensino cedidos para as instituições a que se refere o § 3º do art. 7º desta Lei serão considerados como em efetivo exercício na educação básica pública para fins do disposto no art. 26 desta Lei.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação dos dados do censo escolar no Diário Oficial da União, apresentar recursos para retificação dos dados publicados.

§ 6º Para a educação profissional técnica de nível médio articulada, na forma concomitante, prevista no inciso II do caput do art. 36-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e para o itinerário de formação técnica e profissional do ensino médio, previsto no inciso V do **caput** do art. 36 da referida Lei, desenvolvidos em convênio ou em parceria com as instituições relacionadas no inciso II do § 3º do art. 7º desta Lei, o estudante deverá estar matriculado no ensino médio presencial em instituição da rede pública estadual e na instituição conveniada ou celebrante de parceria, e as ponderações previstas no **caput** do art. 7º desta Lei serão aplicadas às duas matrículas.

Art. 9º As diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, bem como as relativas ao art. 10 desta Lei, utilizadas na complementação-VAAR e na complementação-VAAT, nos termos do Anexo desta Lei, poderão ter valores distintos daquelas aplicadas na distribuição intraestadual e na complementação-VAAF.

Parágrafo único. As diferenças e as ponderações entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, nos termos do art. 7º desta Lei, aplicáveis à distribuição de recursos da complementação-VAAT, deverão priorizar a educação infantil.

Art. 10. Além do disposto no art. 7º desta Lei, a distribuição de recursos dar-se-á, na forma do Anexo desta Lei, em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno (VAAF e VAAT) relativas:

I - ao nível socioeconômico dos educandos;

II - aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação de cada ente federado;

III - aos indicadores de utilização do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado.

§ 1º Os indicadores de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo serão calculados:

I - em relação ao nível socioeconômico dos educandos, conforme dados apurados e atualizados pelo Inep, observado o disposto no inciso III do **caput** do art. 18 desta Lei;

II - em relação à disponibilidade de recursos, com base no valor anual total por aluno (VAAT), apurado nos termos do art. 13 e do inciso II do **caput** do art. 15 desta Lei;

III - em relação à utilização do potencial de arrecadação tributária, com base nas características sociodemográficas e econômicas, entre outras.

§ 2º O indicador de utilização do potencial de arrecadação tributária terá como finalidade incentivar que entes federados se esforcem para arrecadar adequadamente os tributos de sua competência.

Folha 22
Proc. 2383/2021
Resp.

Seção III

Da Distribuição Intraestadual

Art. 11. A distribuição de recursos que compõem os Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, na forma do Anexo desta Lei, entre o governo estadual e os seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, nos termos do art. 8º desta Lei.

§ 1º A distribuição de que trata o **caput** deste artigo resultará no valor anual por aluno (VAAF) no âmbito de cada Fundo, anteriormente à complementação-VAAF, nos termos da alínea a do inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei.

§ 2º O não cumprimento do disposto neste artigo importará em crime de responsabilidade da autoridade competente, nos termos do inciso IX do caput do art. 212-A da Constituição Federal.

Seção IV

Da Distribuição da Complementação da União

Art. 12. A complementação-VAAF será distribuída com parâmetro no valor anual mínimo por aluno (VAAF-MIN) definido nacionalmente, na forma do Anexo desta Lei.

§ 1º O valor anual mínimo por aluno (VAAF-MIN) constitui valor de referência relativo aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, observadas as diferenças e as ponderações de que tratam os arts. 7º e 10 desta Lei, e será determinado contabilmente a partir da distribuição de que trata o art. 11 desta Lei e em função do montante destinado à complementação-VAAF, nos termos do inciso I do **caput** do art. 5º desta Lei.

§ 2º Definidos os Fundos beneficiados, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, com a complementação-VAAF, os recursos serão distribuídos entre o governo estadual e os seus Municípios segundo a mesma proporção prevista no art. 11 desta Lei, de modo a resultar no valor anual mínimo por aluno (VAAF-MIN).

Art. 13. A complementação-VAAT será distribuída com parâmetro no valor anual total mínimo por aluno (VAAT-MIN), definido nacionalmente, na forma do Anexo desta Lei.

§ 1º O valor anual total mínimo por aluno (VAAT-MIN) constitui valor de referência relativo aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, observadas as diferenças e as ponderações de que tratam os arts. 7º e 10 desta Lei, e será determinado contabilmente a partir da distribuição de que tratam os arts. 11 e 12 desta Lei, consideradas as demais receitas e transferências vinculadas à educação, nos termos do § 3º deste artigo, e em função do montante destinado à complementação-VAAT, nos termos do inciso II do **caput** do art. 5º desta Lei.

§ 2º Os recursos serão distribuídos às redes de ensino, de modo a resultar no valor anual total mínimo por aluno (VAAT-MIN).

§ 3º O cálculo do valor anual total por aluno (VAAT) das redes de ensino deverá considerar, além do resultado da distribuição de que tratam os arts. 11 e 12 desta Lei, as seguintes receitas e disponibilidades:

I - 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do Fundeb a que se refere o art. 3º desta Lei;

II - 25% (vinte e cinco por cento) dos demais impostos e transferências, nos termos do **caput** do art. 212 da Constituição Federal;

III - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário-educação de que trata o § 6º do art. 212 da Constituição Federal;

IV - parcela da participação pela exploração de petróleo e gás natural vinculada à educação, nos termos da legislação federal;

V - transferências decorrentes dos programas de distribuição universal geridos pelo Ministério da Educação.

§ 4º Somente são habilitados a receber a complementação-VAAT os entes que disponibilizarem as

Folha 23
Proc. 283/2021
Resp.

informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, nos termos do art. 163-A da Constituição Federal e do art. 38 desta Lei.

§ 5º Para fins de apuração dos valores descritos no inciso II do **caput** do art. 15 desta Lei, serão consideradas as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, de que trata o § 4º deste artigo, que forem encaminhadas pelos entes até o dia 30 de abril do exercício posterior ao exercício a que se referem os dados enviados.

§ 6º Os programas a serem considerados na distribuição, nos termos do inciso V do § 3º deste artigo, serão definidos em regulamento.

Art. 14. A complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei.

§ 1º As condicionalidades referidas no **caput** deste artigo contemplarão:

I - provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

II - participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica;

III - redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, respeitadas as especificidades da educação escolar indígena e suas realidades;

IV - regime de colaboração entre Estado e Município formalizado na legislação estadual e em execução, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020;

V - referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular, aprovados nos termos do respectivo sistema de ensino.

§ 2º A metodologia de cálculo dos indicadores referidos no **caput** deste artigo considerará obrigatoriamente:

I - o nível e o avanço, com maior peso para o avanço, dos resultados médios dos estudantes de cada rede pública estadual e municipal nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica, ponderados pela taxa de participação nesses exames e por medida de equidade de aprendizagem;

II - as taxas de aprovação no ensino fundamental e médio em cada rede estadual e municipal;

III - as taxas de atendimento escolar das crianças e jovens na educação básica presencial em cada ente federado, definido de modo a captar, direta ou indiretamente, a evasão no ensino fundamental e médio.

§ 3º A medida de equidade de aprendizagem, prevista no inciso I do § 2º deste artigo, baseada na escala de níveis de aprendizagem, definida pelo Inep, com relação aos resultados dos estudantes nos exames nacionais referidos naquele dispositivo, considerará em seu cálculo a proporção de estudantes cujos resultados de aprendizagem estejam em níveis abaixo do nível adequado, com maior peso para os estudantes com resultados mais distantes desse nível, e as desigualdades de resultados nos diferentes grupos de nível socioeconômico e de raça e dos estudantes com deficiência em cada rede pública.

Art. 15. A distribuição da complementação da União, em determinado exercício financeiro, nos termos do Anexo desta Lei, considerará:

I - em relação à complementação-VAAF, no cálculo do VAAF e do VAAF-MIN:

a) receitas dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, estimadas para o exercício financeiro de referência, conforme disposto no art. 16 desta Lei, até que ocorra o ajuste previsto em seu § 3º;

Folha 24
Proc. 213/2021
Resp.

b) receitas dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, realizadas no exercício financeiro de referência, por ocasião do ajuste previsto no § 3º do art. 16 desta Lei;

II - em relação à complementação-VAAT, no cálculo do VAAT e do VAAT-MIN: receitas dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, complementação da União, nos termos do inciso II do **caput** do art. 5º desta Lei e demais receitas e disponibilidades vinculadas à educação, nos termos do § 3º do art. 13 desta Lei realizadas no penúltimo exercício financeiro anterior ao de referência;

III - em relação à complementação-VAAR: evolução de indicadores, nos termos do art. 14 desta Lei.

Parágrafo único. Para fins de apuração do VAAT, os valores referidos no inciso II do **caput** deste artigo serão corrigidos pelo percentual da variação nominal das receitas totais integrantes dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, encerrado em junho do exercício anterior ao da transferência.

Art. 16. O Poder Executivo federal publicará, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigência no exercício subsequente:

I - a estimativa da receita total dos Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei;

II - a estimativa do valor da complementação da União, nos termos do art. 5º desta Lei;

III - a estimativa dos valores anuais por aluno (VAAF) no âmbito do Distrito Federal e de cada Estado, nos termos do art. 11 desta Lei;

IV - a estimativa do valor anual mínimo por aluno (VAAF-MIN) definido nacionalmente, nos termos do art. 12 desta Lei, e correspondente distribuição de recursos da complementação-VAAF às redes de ensino;

V - os valores anuais totais por aluno (VAAT) no âmbito das redes de ensino, nos termos do § 3º do art. 13 desta Lei, anteriormente à complementação-VAAT;

VI - a estimativa do valor anual total mínimo por aluno (VAAT-MIN) definido nacionalmente, nos termos do art. 13 desta Lei, e correspondente distribuição de recursos da complementação-VAAT às redes de ensino;

VII - as aplicações mínimas pelas redes de ensino em educação infantil, nos termos do art. 28 desta Lei;

VIII - as redes de ensino beneficiadas com a complementação-VAAR e respectivos valores, nos termos do art. 14 desta Lei.

§ 1º Após o prazo de que trata o **caput** deste artigo, as estimativas serão atualizadas a cada 4 (quatro) meses ao longo do exercício de referência.

§ 2º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

§ 3º O valor da complementação da União, nos termos do art. 5º desta Lei, em função da diferença, a maior ou a menor, entre a receita estimada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência, será ajustado, no primeiro quadrimestre, em parcela única, do exercício imediatamente subsequente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso.

§ 4º Para o ajuste da complementação da União, de que trata o § 3º deste artigo, os Estados e o Distrito Federal deverão publicar em meio oficial e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, até o dia 31 de janeiro, os valores da arrecadação efetiva dos impostos e das transferências, nos termos do art. 3º desta Lei, referentes ao exercício imediatamente anterior.

Seção V

Da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade

Folha 25
Proc. 283/2021
Resp. PR CB

Folha 25
Proc. 283/2023
Resp. PR CB

Art. 17. Fica mantida, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, instituída pelo art. 12 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 , com a seguinte composição:

I - 5 (cinco) representantes do Ministério da Educação, incluídos 1 (um) representante do Inep e 1 (um) representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

II - 1 (um) representante dos secretários estaduais de educação de cada uma das 5 (cinco) regiões político-administrativas do Brasil indicado pelas seções regionais do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (Consed);

III - 1 (um) representante dos secretários municipais de educação de cada uma das 5 (cinco) regiões político-administrativas do Brasil indicado pelas seções regionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

§ 1º As deliberações da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade serão registradas em ata circunstanciada, lavrada conforme seu regimento interno.

§ 2º As deliberações relativas à especificação das ponderações constarão de resolução publicada no Diário Oficial da União até o dia 31 de julho de cada exercício, para vigência no exercício seguinte.

§ 3º A participação na Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e a diárias.

§ 4º Para cada um dos representantes referidos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, será designado o respectivo suplente.

Art. 18. No exercício de suas atribuições, compete à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade:

I - especificar anualmente, observados os limites definidos nesta Lei, as diferenças e as ponderações aplicáveis:

a) às diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, observado o disposto no art. 9º desta Lei, considerada a correspondência ao custo médio da respectiva etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de educação básica;

b) ao nível socioeconômico dos educandos, aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e aos indicadores de utilização do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, nos termos do art. 10 desta Lei;

II - monitorar e avaliar as condicionalidades definidas no § 1º do art. 14 desta Lei, com base em proposta tecnicamente fundamentada do Inep;

III - aprovar a metodologia de cálculo do custo médio das diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, elaborada pelo Inep, consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade;

IV - aprovar a metodologia de cálculo dos indicadores de nível socioeconômico dos educandos, de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, elaborada pelo Inep, com apoio dos demais órgãos responsáveis do Poder Executivo federal;

V - aprovar a metodologia de cálculo dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, referidos no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei, elaborada pelo Inep, observado o disposto no § 2º do art. 14 desta Lei;

VI - aprovar a metodologia de aferição das condicionalidades referidas no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei, elaborada pelo Inep, observado o disposto no § 1º do art. 14 desta Lei;

VII - aprovar a metodologia de cálculo do indicador referido no parágrafo único do art. 28 desta Lei, elaborada

Folha 26
Proc. 233/2021
Resp. DLG

pelo Inep, para aplicação, pelos Municípios, de recursos da complementação-VAAT na educação infantil;

VIII - aprovar a metodologia de apuração e monitoramento do exercício da função redistributiva dos entes em relação a suas escolas, de que trata o § 2º do art. 25 desta Lei, elaborada pelo Ministério da Educação;

IX - elaborar ou requisitar a elaboração de estudos técnicos pertinentes, sempre que necessário;

X - elaborar seu regimento interno, por meio de portaria do Ministro de Estado da Educação;

XI - exercer outras atribuições conferidas em lei.

§ 1º Serão adotados como base para a decisão da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade os dados do censo escolar anual mais atualizado realizado pelo Inep.

§ 2º A existência prévia de estudos sobre custos médios das etapas, modalidades e tipos de ensino, nível socioeconômico dos estudantes, disponibilidade de recursos vinculados à educação e potencial de arrecadação de cada ente federado, anualmente atualizados e publicados pelo Inep, é condição indispensável para decisão, pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, de promover alterações na especificação das diferenças e das ponderações referidas no inciso I do **caput** deste artigo.

§ 3º A Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade exercerá suas competências em observância às garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e às metas do Plano Nacional de Educação.

§ 4º No ato de publicação das ponderações dispostas no inciso I do **caput** deste artigo, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade deverá publicar relatório detalhado com a memória de cálculo sobre os custos médios, as fontes dos indicadores utilizados e as razões que levaram à definição dessas ponderações.

Art. 19. As despesas da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

CAPÍTULO IV

DA TRANSFERÊNCIA E DA GESTÃO DOS RECURSOS

Art. 20. Os recursos dos Fundos serão disponibilizados pelas unidades transferidoras à Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil S.A., que realizará a distribuição dos valores devidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Parágrafo único. São unidades transferidoras a União, os Estados e o Distrito Federal em relação às respectivas parcelas do Fundo cujas arrecadação e disponibilização para distribuição sejam de sua responsabilidade.

Art. 21. Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim, e serão nelas executados, vedada a transferência para outras contas, sendo mantidas na instituição financeira de que trata o art. 20 desta Lei.

§ 1º Os repasses aos Fundos provenientes das participações a que se refere o inciso II do caput do art. 158 e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal constarão dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal e serão creditados pela União em favor dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais nas contas específicas a que se refere este artigo, respeitados os critérios e as finalidades estabelecidos nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação adotados para o repasse do restante dessas transferências constitucionais em favor desses governos.

§ 2º Os repasses aos Fundos provenientes dos impostos previstos nos incisos I, II e III do **caput** do art. 155 combinados com os incisos III e IV do caput do art. 158 da Constituição Federal constarão dos orçamentos dos governos estaduais e do Distrito Federal e serão depositados pelo estabelecimento oficial de crédito previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada nas contas do Fundo abertas na instituição financeira de que trata o **caput** deste artigo.

Folha 27
Proc. 2833/2022
Resp.

§ 3º A instituição financeira de que trata o **caput** deste artigo, no que se refere aos recursos dos impostos e participações mencionados no § 2º deste artigo, creditará imediatamente as parcelas devidas aos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais nas contas específicas referidas neste artigo, observados os critérios e as finalidades estabelecidos nesta Lei, e procederá à divulgação dos valores creditados de forma similar e com a mesma periodicidade utilizada pelos Estados em relação ao restante da transferência do referido imposto.

§ 4º Os recursos dos Fundos provenientes da parcela do IPI, de que trata o inciso II do **caput** do art. 159 da Constituição Federal, serão creditados pela União em favor dos governos estaduais e do Distrito Federal nas contas específicas, segundo os critérios e as finalidades estabelecidos nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação previstos na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.

§ 5º Do montante dos recursos do IPI de que trata o inciso II do **caput** do art. 159 da Constituição Federal , a parcela devida aos Municípios, na forma do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, será repassada pelo governo estadual ao respectivo Fundo e os recursos serão creditados na conta específica a que se refere este artigo, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação do restante dessa transferência aos Municípios.

§ 6º A instituição financeira disponibilizará, permanentemente, em sítio na internet disponível ao público e em formato aberto e legível por máquina, os extratos bancários referentes à conta do Fundo, incluídas informações atualizadas sobre:

I - movimentação;

II - responsável legal;

III - data de abertura;

IV - agência e número da conta bancária.

§ 7º Os recursos depositados na conta específica a que se refere o **caput** deste artigo serão depositados pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelos Municípios na forma prevista no § 5º do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 8º Sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 , serão disponibilizados pelos Poderes Executivos de todas as esferas federativas, nos sítios na internet, dados acerca do recebimento e das aplicações dos recursos do Fundeb.

Art. 22. Nos termos do § 4º do art. 211 da Constituição Federal, os Estados e os Municípios poderão celebrar convênios para a transferência de alunos, de recursos humanos, de materiais e de encargos financeiros, bem como de transporte escolar, acompanhados da transferência imediata de recursos financeiros correspondentes ao número de matrículas assumido pelo ente federado.

Art. 23. Os recursos disponibilizados aos Fundos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidenciar as respectivas transferências.

Art. 24. Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas dos Fundos cuja perspectiva de utilização seja superior a 15 (quinze) dias deverão ser aplicados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, na instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra.

Parágrafo único. Os ganhos financeiros auferidos em decorrência das aplicações previstas no caput deste artigo deverão ser utilizados na mesma finalidade e de acordo com os mesmos critérios e condições estabelecidos para utilização do valor principal do Fundo.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Folha 28
Proc. 283/2021
Resp.

§ 1º Observado o disposto nos arts. 27 e 28 desta Lei e no § 2º deste artigo, os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e pelos Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º A aplicação dos recursos referida no **caput** deste artigo contemplará a ação redistributiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação a suas escolas, nos termos do § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, considera-se:

I - remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - profissionais da educação básica: aqueles definidos nos termos do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , bem como aqueles profissionais referidos no art. 1º da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, em efetivo exercício nas redes escolares de educação básica;

III - efetivo exercício: a atuação efetiva no desempenho das atividades dos profissionais referidos no inciso II deste parágrafo associada à regular vinculação contratual, temporária ou estatutária com o ente governamental que o remunera, não descaracterizada por eventuais afastamentos temporários previstos em lei com ônus para o empregador que não impliquem rompimento da relação jurídica existente.

Art. 27. Percentual mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos da complementação-VAAT, previstos no inciso II do **caput** do art. 5º desta Lei, será aplicado, em cada rede de ensino beneficiada, em despesas de capital.

Art. 28. Realizada a distribuição da complementação-VAAT às redes de ensino, segundo o art. 13 desta Lei, será destinada à educação infantil, nos termos do Anexo desta Lei, proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere o inciso II do **caput** do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos vinculados nos termos do **caput** deste artigo serão aplicados pelos Municípios, adotado como parâmetro indicador para educação infantil, que estabelecerá percentuais mínimos de aplicação dos Municípios beneficiados com a complementação-VAAT, de modo que se atinja a proporção especificada no **caput** deste artigo, que considerará obrigatoriamente:

I - o déficit de cobertura, considerada a oferta e a demanda anual pelo ensino;

II - a vulnerabilidade socioeconômica da população a ser atendida.

Art. 29. É vedada a utilização dos recursos dos Fundos para:

I - financiamento das despesas não consideradas de manutenção e de desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - pagamento de aposentadorias e de pensões, nos termos do § 7º do art. 212 da Constituição Federal;

III - garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios que não se destinem ao financiamento de projetos, de ações ou de programas considerados ação de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO, DA AVALIAÇÃO, DO MONITORAMENTO, DO CONTROLE SOCIAL, DA

COMPROVAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

Folha 29
Proc. 28/2021
Resp.

Seção I

Da Fiscalização e do Controle

Art. 30. A fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e do disposto nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos dos Fundos, serão exercidos:

I - pelo órgão de controle interno no âmbito da União e pelos órgãos de controle interno no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, perante os respectivos entes governamentais sob suas jurisdições;

III - pelo Tribunal de Contas da União, no que tange às atribuições a cargo dos órgãos federais, especialmente em relação à complementação da União;

IV - pelos respectivos conselhos de acompanhamento e controle social dos Fundos, referidos nos arts. 33 e 34 desta Lei.

Art. 31. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no **caput** deste artigo.

Art. 32. A defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, relacionada ao pleno cumprimento desta Lei, compete ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e ao Ministério Público Federal, especialmente quanto às transferências de recursos federais.

§ 1º A legitimidade do Ministério Público prevista no caput deste artigo não exclui a de terceiros para a propositura de ações a que se referem o inciso LXXIII do **caput** do art. 5º e o § 1º do art. 129 da Constituição Federal, assegurado a eles o acesso gratuito aos documentos mencionados nos arts. 31 e 36 desta Lei.

§ 2º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e Territórios e dos Estados para a fiscalização da aplicação dos recursos dos Fundos que receberem complementação da União.

Seção II

Dos Conselhos de Acompanhamento e de Controle Social

Art. 33. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, perante os respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos de âmbito estadual, distrital e municipal poderão, sempre que julgarem conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a

Folha 30
Proc. 2183/2021
Resp.

resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) convênios com as instituições a que se refere o art. 7º desta Lei;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

§ 2º Aos conselhos incumbe, ainda:

I - elaborar parecer das prestações de contas a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta Lei;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.

§ 3º Os conselhos atuarão com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 4º Os conselhos não contarão com estrutura administrativa própria, e incumbirá à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e à composição dos respectivos conselhos.

Art. 34. Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no respectivo âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

I - em âmbito federal:

a) 3 (três) representantes do Ministério da Educação;

b) 2 (dois) representantes do Ministério da Economia;

c) 1 (um) representante do Conselho Nacional de Educação (CNE);

d) 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (Consed);

e) 1 (um) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

f) 1 (um) representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);

g) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

h) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes);

Folha 31
Proc. 283/202
Resp.

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

II - em âmbito estadual:

a) 3 (três) representantes do Poder Executivo estadual, dos quais pelo menos 1 (um) do órgão estadual responsável pela educação básica;

b) 2 (dois) representantes dos Poderes Executivos municipais;

c) 2 (dois) representantes do Conselho Estadual de Educação;

d) 1 (um) representante da seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);

e) 1 (um) representante da seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

f) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

g) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade estadual de estudantes secundaristas;

h) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

i) 1 (um) representante das escolas indígenas, quando houver;

j) 1 (um) representante das escolas quilombolas, quando houver;

III - no Distrito Federal, com a composição determinada pelo disposto no inciso II deste **caput** , excluídos os membros mencionados nas suas alíneas b e d;

IV - em âmbito municipal:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 , indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

IV - 1 (um) representante das escolas indígenas;

Folha 32
Proc. 283/2021
Resp.

V - 1 (um) representante das escolas do campo;

VI - 1 (um) representante das escolas quilombolas.

§ 2º Os membros dos conselhos previstos no **caput** e no § 1º deste artigo, observados os impedimentos dispostos no § 5º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

I - nos casos das representações dos órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito nacional, estadual ou municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 3º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

I - são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

III - devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

IV - desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 4º Indicados os conselheiros, na forma dos incisos I, II, III e IV do § 2º deste artigo, o Ministério da Educação designará os integrantes do conselho previsto no inciso I do **caput** deste artigo, e o Poder Executivo competente designará os integrantes dos conselhos previstos nos incisos II, III e IV do **caput** deste artigo.

§ 5º São impedidos de integrar os conselhos a que se refere o caput deste artigo:

I - titulares dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, de Ministro de Estado, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito dos Poderes Executivos em que atuam os respectivos conselhos.

§ 6º O presidente dos conselhos previstos no caput deste artigo será eleito por seus pares em reunião do

colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Folha 33
Proc. 283 2021
Resp.

§ 7º A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:

I - não é remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

§ 8º Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 9º O mandato dos membros dos conselhos do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

§ 10. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 11. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo conselho.

§ 12. Os conselhos reunir-se-ão, no mínimo, trimestralmente ou por convocação de seu presidente.

Art. 35. O Poder Executivo federal poderá criar e manter redes de conhecimento dos conselheiros, com o objetivo de, entre outros:

I - gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências;

II - formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais;

Folha 34
Proc. 283/2021
Resp.

III - discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação quanto aos gastos públicos do Fundeb e à sua eficiência;

IV - prospectar novas tecnologias para o fornecimento de informações e o controle e a participação social por meios digitais.

§ 1º Será assegurada a participação de todos os conselheiros de todas as esferas de governo nas redes de conhecimento, admitida a participação de instituições científicas, tecnológicas e de inovação interessadas.

§ 2º Será estabelecido canal de comunicação permanente com o FNDE, a quem cabe a coordenação das atividades previstas neste artigo.

§ 3º Será facilitada a integração entre conselheiros do mesmo Estado da Federação, de modo a dinamizar o fluxo de comunicação entre os conselheiros.

§ 4º O Poder Executivo federal poderá criar redes de conhecimento e de inovação dirigidas a outros agentes envolvidos no Fundeb, como gestores públicos e comunidade escolar.

Seção III

Do Registro de Dados Contábeis, Orçamentários e Fiscais

Art. 36. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta dos Fundos, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição dos conselhos responsáveis, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo, e ser-lhes-á dada ampla publicidade, inclusive por meio eletrônico.

Art. 37. As informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais disponibilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, conforme previsto no art. 163-A da Constituição Federal, deverão conter os detalhamentos relacionados ao Fundeb e à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 38. A verificação do cumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do Fundeb, estabelecidos nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal , em ações de manutenção e de desenvolvimento do ensino, nas esferas estadual, distrital e municipal, será realizada por meio de registro bimestral das informações em sistema de informações sobre orçamentos públicos em educação, mantido pelo Ministério da Educação.

§ 1º A ausência de registro das informações de que trata o caput deste artigo, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, ocasionará a suspensão das transferências voluntárias e da contratação de operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, até que a situação seja regularizada.

§ 2º O sistema de que trata o caput deste artigo deve possibilitar o acesso aos dados e a sua análise pelos presidentes dos conselhos de controle social do Fundeb e pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 3º O sistema de que trata o caput deste artigo deverá observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados com os demais sistemas eletrônicos de dados contábeis, orçamentários e fiscais no âmbito do Poder Executivo federal e dos Tribunais de Contas, como formas de simplificação e de eficiência nos processos de preenchimento e de disponibilização dos dados, e garantir o acesso irrestrito aos dados, os quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto, respeitadas as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 , e 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Seção IV

Do Apoio Técnico e da Avaliação

Art. 39. O Ministério da Educação atuará:

I - no apoio técnico relacionado aos procedimentos e aos critérios de aplicação dos recursos dos Fundos, perante os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e as instâncias responsáveis pelo acompanhamento, pela fiscalização e pelo controle interno e externo;

Folha 35
Proc. 285/2021
Resp.

II - na coordenação de esforços para capacitação dos membros dos conselhos e para elaboração de materiais e guias de apoio à sua função, com a possibilidade de cooperação com instâncias de controle interno, Tribunais de Contas e Ministério Público;

III - na divulgação de orientações sobre a operacionalização do Fundo e de dados sobre a previsão, a realização e a utilização dos valores financeiros repassados, por meio de publicação e distribuição de documentos informativos e em meio eletrônico de livre acesso público;

IV - na realização de estudos técnicos com vistas à definição do valor referencial anual por aluno que assegure padrão mínimo de qualidade do ensino;

V - no monitoramento da aplicação dos recursos dos Fundos, por meio de sistema de informações orçamentárias e financeiras e de cooperação com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e do Distrito Federal;

VI - na realização de avaliações dos resultados da aplicação desta Lei, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, devendo a primeira dessas medidas ser realizada em até 2 (dois) anos após a implantação do Fundo.

Art. 40. A partir da implantação dos Fundos, a cada 2 (dois) anos o Inep realizará:

I - a avaliação dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento;

II - estudos para avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade na aplicação dos recursos dos Fundos.

§ 1º Os dados utilizados nas análises da avaliação disposta no caput deste artigo deverão ser divulgados em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações por terceiros.

§ 2º As revisões a que se refere o art. 60-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias considerarão os resultados das avaliações previstas no caput deste artigo.

§ 3º Em até 24 (vinte e quatro) meses do início da vigência desta Lei, o Ministério da Educação deverá expedir normas para orientar sua atuação, de forma a incentivar e a estimular, inclusive com destinação de recursos, a realização de pesquisas científicas destinadas a avaliar e a inovar as políticas públicas educacionais direcionadas à educação infantil, devendo agir em colaboração com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Disposições Transitórias

Art. 41. A complementação da União referida no art. 4º desta Lei será implementada progressivamente até alcançar a proporção estabelecida no art. 5º desta Lei, a partir do primeiro ano subsequente ao da vigência desta Lei, nos seguintes valores mínimos:

I - 12% (doze por cento), no primeiro ano;

II - 15% (quinze por cento), no segundo ano;

III - 17% (dezessete por cento), no terceiro ano;

IV - 19% (dezenove por cento), no quarto ano;

Folha 36
Proc. 283/2021
Resp.

V - 21% (vinte e um por cento), no quinto ano;

VI - 23% (vinte e três por cento), no sexto ano.

§ 1º A parcela da complementação de que trata o inciso II do caput do art. 5º desta Lei observará, no mínimo, os seguintes valores:

I - 2 (dois) pontos percentuais, no primeiro ano;

II - 5 (cinco) pontos percentuais, no segundo ano;

III - 6,25 (seis inteiros e vinte e cinco centésimos) pontos percentuais, no terceiro ano;

IV - 7,5 (sete inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, no quarto ano;

V - 9 (nove) pontos percentuais, no quinto ano;

VI - 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, no sexto ano.

§ 2º A parcela da complementação de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei observará os seguintes valores:

I - 0,75 (setenta e cinco centésimos) ponto percentual, no terceiro ano;

II - 1,5 (um inteiro e cinco décimos) ponto percentual, no quarto ano;

III - 2 (dois) pontos percentuais, no quinto ano;

IV - 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, no sexto ano.

§ 3º No primeiro ano de vigência dos Fundos:

~~I - os entes disponibilizarão as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, de que trata o § 4º do art. 13 desta Lei, relativos ao exercício financeiro de 2019, nos termos de regulamento;~~

I - os entes disponibilizarão as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais, de que trata o § 4º do art. 13, relativos aos exercícios financeiros de 2019 e 2020, nos termos de regulamento; (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.074, de 2021)

II - o cronograma mensal de pagamentos da complementação-VAAT, referido no § 2º do art. 16 desta Lei iniciar-se-á em julho e será ajustado pelo Tesouro Nacional, de modo que seja cumprido o prazo previsto para o seu pagamento integral;

III - o Poder Executivo federal publicará até 30 de junho as estimativas previstas nos incisos V e VI do caput do art. 16 desta Lei relativas às transferências da complementação-VAAT em 2021.

Art. 42. Os novos conselhos dos Fundos serão instituídos no prazo de 90 (noventa) dias, contado da vigência dos Fundos.

§ 1º Até que sejam instituídos os novos conselhos, no prazo referido no caput deste artigo, caberá aos conselhos existentes na data de publicação desta Lei exercer as funções de acompanhamento e de controle previstas na legislação.

§ 2º No caso dos conselhos municipais, o primeiro mandato dos conselheiros extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022.

Art. 43. Esta Lei será atualizada até 31 de outubro de 2021, com relação a:

I - diferenças e ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e

tipos de estabelecimento de ensino, nos termos do art. 7º desta Lei;

II - diferenças e ponderações quanto ao valor anual por aluno relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, nos termos do art. 10 desta Lei;

Folha 37
Proc. 283/2021
Resp.

III - indicador para educação infantil, nos termos do art. 28 desta Lei.

§ 1º No exercício financeiro de 2021, serão atribuídos:

I - para as diferenças e as ponderações de que trata o inciso I do caput deste artigo:

a) creche em tempo integral:

1. pública: 1,30 (um inteiro e trinta centésimos); e

2. conveniada: 1,10 (um inteiro e dez centésimos);

b) creche em tempo parcial:

1. pública: 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); e

2. conveniada: 0,80 (oitenta centésimos);

c) pré-escola em tempo integral: 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);

d) pré-escola em tempo parcial: 1,10 (um inteiro e dez centésimos);

e) anos iniciais do ensino fundamental urbano: 1,00 (um inteiro);

f) anos iniciais do ensino fundamental no campo: 1,15 (um inteiro e quinze centésimos);

g) anos finais do ensino fundamental urbano: 1,10 (um inteiro e dez centésimos);

h) anos finais do ensino fundamental no campo: 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);

i) ensino fundamental em tempo integral: 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);

j) ensino médio urbano: 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos);

k) ensino médio no campo: 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);

l) ensino médio em tempo integral: 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);

m) ensino médio articulado à educação profissional: 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);

n) educação especial: 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);

o) educação indígena e quilombola: 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);

p) educação de jovens e adultos com avaliação no processo: 0,80 (oitenta centésimos);

q) educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo: 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);

r) formação técnica e profissional prevista no inciso V do **caput** do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 : 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);

Folha 38
Proc. 283/2021
Resp.

II - para as diferenças e as ponderações de que trata o inciso II do caput deste artigo, valores unitários, nos termos especificados no Anexo desta Lei;

III - para indicador de que trata o inciso III do caput deste artigo:

a) poderá ser adotada metodologia provisória de cálculo definida pelo Inep, observado o disposto no art. 28 desta Lei, nos termos de regulamento do Ministério da Educação;

b) será adotado o número de matrículas em educação infantil de cada rede municipal beneficiária da complementação-VAAT, caso não haja a definição prevista na alínea a deste inciso.

§ 2º Para fins de distribuição da complementação-VAAT, no exercício financeiro de 2021, as diferenças e as ponderações especificadas nas alíneas a, b, c e d do inciso I do § 1º deste artigo terão a aplicação de fator multiplicativo de 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos).

§ 3º Para vigência em 2022, as deliberações de que trata o § 2º do art. 17 desta Lei constarão de resolução publicada no Diário Oficial da União até o dia 31 de outubro de 2021, com base em estudos elaborados pelo Inep e encaminhados à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade até 31 de julho de 2021.

Art. 44. No primeiro trimestre de 2021, será mantida a sistemática de repartição de recursos prevista na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, mediante a utilização dos coeficientes de participação do Distrito Federal, de cada Estado e dos Municípios, referentes ao exercício de 2020.

Parágrafo único. Em relação à complementação da União, será adotado o cronograma de distribuição estabelecido para o primeiro trimestre de 2020.

Art. 45. A partir de 1º de abril de 2021, a distribuição dos recursos dos Fundos será realizada na forma prevista por esta Lei.

Art. 46. O ajuste da diferença observada entre a distribuição dos recursos realizada no primeiro trimestre de 2021 e a distribuição conforme a sistemática estabelecida nesta Lei será realizado no mês de maio de 2021.

Art. 47. Os repasses e a movimentação dos recursos dos Fundos de que trata esta Lei deverão ocorrer por meio das contas únicas e específicas mantidas em uma das instituições financeiras de que trata o art. 20 desta Lei.

§ 1º Os saldos dos recursos dos Fundos instituídos pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, existentes em contas-correntes mantidas em instituição financeira diversa daquelas de que trata o art. 20 desta Lei, deverão ser integralmente transferidos, até 31 de janeiro de 2021, para as contas de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Os ajustes de que trata o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, realizados a partir de 1º de janeiro de 2021, serão processados nas contas de que trata o caput deste artigo, e os valores processados a crédito deverão ser utilizados nos termos desta Lei.

Seção II

Disposições Finais

Art. 48. Os Municípios poderão integrar, nos termos da legislação local específica e desta Lei, o Conselho do Fundo ao Conselho Municipal de Educação, com instituição de câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, observado o disposto no inciso IV do caput e nos §§ 1º, 2º, 4º e 5º do art. 34 desta Lei.

§ 1º A câmara específica de acompanhamento e de controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb a que se refere o caput deste artigo terá competência deliberativa e terminativa.

§ 2º Aplicar-se-ão para a constituição dos conselhos municipais de educação as regras previstas no § 5º do art. 34 desta Lei.

Art. 49. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar no financiamento da educação básica, previsto no art. 212 da Constituição Federal, a melhoria da qualidade do ensino, de forma a garantir

Folha 34
Proc. 0183/2021
Resp.

padrão mínimo de qualidade definido nacionalmente.

§ 1º É assegurada a participação popular e da comunidade educacional no processo de definição do padrão nacional de qualidade referido no caput deste artigo.

§ 2º As diferenças e as ponderações aplicáveis entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, bem como seus custos médios, de que trata esta Lei, considerarão as condições adequadas de oferta e terão como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), quando regulamentado, nos termos do § 7º do art. 211 da Constituição Federal.

Art. 50. A União desenvolverá e apoiará políticas de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino, de acesso e de permanência na escola, promovidas pelas unidades federadas, em especial aquelas direcionadas à inclusão de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Parágrafo único. A União, os Estados e o Distrito Federal desenvolverão, em regime de colaboração, programas de apoio ao esforço para conclusão da educação básica dos alunos regularmente matriculados no sistema público de educação:

I - que cumpram pena no sistema penitenciário, ainda que na condição de presos provisórios;

II - aos quais tenham sido aplicadas medidas socioeducativas nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 51. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implantar planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica, de modo a assegurar:

I - remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública;

II - integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola;

III - melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem;

IV - medidas de incentivo para que profissionais mais bem avaliados exerçam suas funções em escolas de locais com piores indicadores socioeconômicos ou que atendam estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Parágrafo único. Os planos de carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente direcionada à formação continuada com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Art. 52. Na hipótese prevista no § 8º do art. 212 da Constituição Federal, inclusive quanto a isenções tributárias, deverão ser avaliados os impactos nos Fundos e os meios para que não haja perdas ao financiamento da educação básica.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, deve-se buscar meios para que o montante dos recursos vinculados ao Fundeb nos entes federativos seja no mínimo igual à média aritmética dos 3 (três) últimos exercícios, na forma de regulamento.

Art. 53. Fica revogada, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 , ressalvado o art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 25 de dezembro de 2020; 199o da Independência e 132o da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Milton Ribeiro

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.12.2020 - Edição extra

Download para anexo

Folha 40
Proc. 283 2021
Resp.

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

PARECER CJLR PL 064/2021

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 3 de dezembro de 2021 16:42
Para: marly pavão <marly.pavao@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromoralles821@gmail.com
Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, jr.andrade2011@hotmail.com, zeroberto zeroberto <zeroberto@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Ilmos. Srs. Vereadores, membros da CJLR

Encaminho em anexo o PL 064/2021 que *Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências*, para elaboração de parecer. Informo que o PL 062/2021 com a mesma ementa foi retirado.

Atenciosamente,

--

Folha 41
Proc. 283/2021
Resp.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
***T:** (16) 3392-1134 - ramal 23*
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

PÁGINA EM BRANCO

of_420_2021_assinado_PL_.pdf
212K

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Américo Brasiliense

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

PL 064/2021 PARECER CFO

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br> 3 de dezembro de 2021 16:47
Para: maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, Diego Viveiros <diegoviveiros@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromoralles821@gmail.com
Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, zeroberto zeroberto <zeroberto@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, jr.andrade2011@hotmail.com

Folha 42
Proc. 283/2021
Resp.

Illmos. Srs. Vereadores, membros da CFO

Encaminho em anexo o PL 064/2021 que *Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências*, para elaboração de parecer. Informo que o PL 062/2021 com a mesma ementa foi retirado.

Atenciosamente

--

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
T: (16) 3392-1134 - ramal 23
Câmara Municipal de Américo Brasiliense
R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP
www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br

PÁGINA EM BRANCO

of_420_2021_assinado_PL_.pdf
212K

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 43
Proc. 283/2021
Resp.

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	03/12/2021
Unidade Local	Prefeitura Municipal
Unidade de Destino	Assessoria Legislativa
Status	Aguardando apresentação em Plenário
Prazo	

Américo Brasiliense, 03 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 44
Proc. 283/2021
Resp.

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.° 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	03/12/2021
Unidade Local	Assessoria Legislativa
Unidade de Destino	Comissão de Justiça, Legislação e Redação
Status	Aguardando emissão de parecer da comissão
Prazo	

Américo Brasiliense, 03 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 45
Proc. 283/2021
Resp. MB

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	03/12/2021
Unidade Local	Comissão de Justiça, Legislação e Redação
Unidade de Destino	Comissão de Finanças e Orçamento
Status	Aguardando emissão de parecer da comissão
Prazo	

Américo Brasiliense, 03 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Folha 46
Proc. 283/2021
Resp. 12/03

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER Nº 065/2021

Projeto de Lei n° 064/2021

Por intermédio do ofício número 420/2021, da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense, encaminha-se para apreciação o Projeto de Lei que **dispõe sobre alterações na Lei nº 1.722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.**

I – Preliminarmente:

1) Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes, requerendo tramitação em regime de **URGÊNCIA**, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis (art. 144) e consoante justificativa apresentada ao referido Projeto;

2) Por se tratar de **lei ordinária**, em regra, sua aprovação depende de "quórum" de maioria simples dos membros deste Legislativo (Art. 44, da LOMAB);

3) A propositura veio à análise desta Comissão a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, conforme previsto no artigo 54, do Regimento Interno.

II – No mérito:

1) Analisando-se apenas e tão somente as documentações acostadas ao processo legislativo, observamos junto a Procuradoria Jurídica que não há descumprimento da Constituição Federal ou mesmo da legislação infraconstitucional, vez que, **o referido projeto de lei visa alterar a forma de distribuição do "Abono FUNDEB" a ser pago aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense**, de modo a adequá-la a Emenda Constitucional n° 108, de 26 de agosto de 2020, e à Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, permanecendo incólume os demais dispositivos legais, cabendo aos N. Edis avaliar o tema, bem como a presença de interesse público na proposta, sendo que, como já ressaltado, do ponto de vista jurídico, não há qualquer óbice.

III – Conclusão:

1) Com isso, não havendo óbices de ordem jurídico-constitucionais, **esta Comissão opina pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei**, vez

Folha 17
Proc. 283/2021
Resp.

que não contém qualquer outro vício em sua redação ou burla a legalidade, devendo seguir em sua regular tramitação, ficando a acolhida ou não do mérito do projeto a critério do D. Plenário.

3) Ademais, considerando que ao ver dessa Comissão há pertinência temática para que a Comissão de Finanças e Orçamento analise o presente projeto de lei, sugere-se sua remessa a referida Comissão que deverá analisar a pertinência ou não de emissão de parecer.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 06 de dezembro de 2021.

Presidente: Marly Luzia Held Pavão _____

Relator: Maicon Rios de Souza _____

Membro: Leandro Henrique Moralles _____

Folha 48
Proc. 283/2021
Resp. MB

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº 061/2021

Projeto de Lei nº 064/2021

De iniciativa da Prefeitura do Município de Américo Brasiliense, o Projeto de Lei nº 064/2021 **dispõe sobre alterações na Lei nº 1.722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.**

A matéria foi apreciada em consonância com as competências atribuídas a esta Comissão pelo Artigo nº 55 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasiliense (Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020).

Considera-se que o referido projeto de lei visa **alterar a forma de distribuição do "Abono FUNDEB" a ser pago aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense, de modo a adequá-la a Emenda Constitucional n° 108, de 26 de agosto de 2020, e à Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, permanecendo incólume os demais dispositivos legais**.

Estando devidamente indicadas as fontes da despesa, a Comissão de Finanças e Orçamento entende **não haver qualquer óbice de natureza financeira ou orçamentária** para a tramitação da matéria.

No Mérito, sua acolhida ou não, fica a critério do Douto Plenário.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 06 de dezembro de 2021.

Presidente: Maicon Rios de Souza _____

Relator: Diego Rodrigues de Souza _____

Membro: Leandro Henrique Moralles _____

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Estado de São Paulo

Folha 49
Proc. 283/2021
Resp. TRCB

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.° 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	06/12/2021
Unidade Local	Comissão de Finanças e Orçamento
Unidade de Destino	Assessoria Legislativa
Status	Aguardando leitura da Proposição em Plenário (Urgência)
Prazo	

Américo Brasiliense, 06 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Folha
Proc.
Rubr.

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Estado de São Paulo

Folha 50
Proc. 283/2021
Resp.

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	06/12/2021
Unidade Local	Assessoria Legislativa
Unidade de Destino	Plenário
Status	Aguardando leitura da Proposição em Plenário (Urgência)
Prazo	

Américo Brasiliense, 06 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha 5
Proc. 283/2021
Resp.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL N° 024/2021

AUTORES/Vereadores: JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE e outros

CONSIDERANDO a relevância do assunto apresentado no Projeto de Lei nº 064/2021;

REQUEREMOS à Mesa, satisfeitas as formalidades regimentais, seja incluída na Ordem do Dia de hoje, em regime de Urgência Especial, nos termos do artigo 142, inciso I, letra b, e Inciso V, ambos do Regimento Interno, a seguinte matéria:

Projeto de Lei nº 064/2021, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências."

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

APROVADO EM
06/12/2021
PRESIDENTE

Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 06 de dezembro de 2021.

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha 521
Proc. 283/2021
Resp.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL N° 024/2021

Projeto de Lei nº 064/2021

VALDEIR BEZERRA DA SILVA
Vereador

SILAS FERNANDES PINTO
Vereador

ZÉLIA DO CARMO GRACINDO
Vereadora

ROBERTO RODRIGUES JOB
Vereador

Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 06 de dezembro de 2021.

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 53
Proc. 283/2021
Resp.

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.° 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	06/12/2021
Unidade Local	Plenário
Unidade de Destino	Assessoria Legislativa
Status	Proposição inclusa na Ordem do Dia
Prazo	

Américo Brasiliense, 06 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 54
Proc. 283/2021
Resp. RCB

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.° 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	06/12/2021
Unidade Local	Assessoria Legislativa
Unidade de Destino	Plenário
Status	Aguardando apresentação em Plenário
Prazo	

TEXTO DA AÇÃO

AGUARDANDO VOTAÇÃO

Américo Brasiliense, 06 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE
Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134
Américo Brasiiense - SP

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: _____ Secretário: _____ Sessão Ordinária - Data: 06/12/2021 Hora: 17:00h

NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				Veto ao PL 048/2021		Projeto de Lei nº 051/2021 1ª Discussão		Req. Urg. Especial nº 23/2021		Projeto de Lei nº 61		Requerimento de Urg. Esp. nº 24/2021		Projeto de Lei nº 64	
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO	P			X				X		X		X		X	
ALDEVAM LIMA ARAÚJO	P			X				X		X		X		X	
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA	P			X				X		X		X		X	
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS	P			X				X		X		X		X	
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE	P			X				X				X			
LEANDRO HENRIQUE MORALLES	P			X				X		X		X		X	
MAICON RIOS DE SOUZA	P			X				X		X		X		X	
MARLY LUZIA HELD PAVÃO	P			X				X		X		X		AU	
ROBERTO RODRIGUES JOB	P			X				X		X		X		X	
SILAS FERNANDES PINTO				X				X		X		X		X	
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO	P			X				X		X		X		X	
VALDEIR BEZERRA DA SILVA	P			X				X		X		X		X	
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO	P			X				X		X		X		X	

Folha 55
Proc. 2831/2021
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE
Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134
Américo Brasiiense - SP

Folha 56
Proc. 2783/2021
Resp.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: _____ Secretário: _____ Sessão Ordinária - Data: 06/12/2021 Hora: 17:00h

NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				Req. Urg. Esp nº 25/2021		Proj. de Emenda a Lei Org. 002/2021 (1ª vot)		Veto Total ao PL 048/2021		Proj. de Lei nº 51/2021 (1ª vot)					
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO				X		X		X							
ALDEVAM LIMA ARAÚJO				X		X		X		AUSENTE					
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA				X		X		X							
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS				X			X	X							
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE				X		X		X							
LEANDRO HENRIQUE MORALLES				X		X		X							
MAICON RIOS DE SOUZA				X		X		X							
MARLY LUZIA HELD PAVÃO				X		X		X							
ROBERTO RODRIGUES JOB				X		X		X							
SILAS FERNANDES PINTO				X		X		X							
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO				X		X		X							
VALDEIR BEZERRA DA SILVA				X		X		X							
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO		●		X	●	X		X							

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 57
Proc. 283/2021
Resp. RCB

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	06/12/2021
Unidade Local	Plenário
Unidade de Destino	Assessoria Legislativa
Status	Proposição aprovada
Prazo	

Américo Brasiliense, 06 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Folha 58
Proc. 283/2021
Resp.

Américo Brasiliense, 07 de dezembro de 2021.

Ofício n° 481/2021

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência, o Autógrafo Número 053/2021, referente ao Projeto de Lei Número 064/2021, de autoria Poder Executivo, que dispõe sobre alterações na Lei nº 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências, aprovado em sessão Legislativa Ordinária realizada no dia 06 de dezembro de 2021, às 17:00 horas.

Aproveitando a oportunidade para apresentar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

EXMO. SR.
DIRCEU BRÁS PANO
DD. PREFEITO MUNICIPAL
AMÉRICO BRASILIENSE – SP

PÁGINA EM BRANCO

Folha 59
Proc. 283/2021
Resp.

AUTÓGRAFO Nº 053/2021
PROJETO DE LEI Nº 064/2021

Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

Art. 1º A ementa da Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o "Abono FUNDEB" a ser pago aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense e dá outras providências."

Art. 2º A Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O "Abono FUNDEB", será pago anualmente aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense que efetivamente estiverem em exercício dos respectivos cargos, com rateio do valor financeiro remanescente das verbas do FUNDEB, na forma e condições especificadas nesta Lei.

Parágrafo único. Entende-se como integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica municipal, o definido pelo inciso II, do artigo 26 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020."

"Art. 2º Os Departamentos Municipais de Educação, de Finança e de Recursos Humanos, elaborarão planilhas demonstrativas (anexos I e II), com o número de horas aulas efetivamente atribuídas aos profissionais constantes do artigo anterior, durante o ano letivo, de acordo com calendário homologado, assim como o valor total, em reais, remanescentes de no mínimo 70% (sessenta inteiros percentuais) do FUNDEB, vinculado ao pagamento do pessoal do quadro dos profissionais da Educação Básica municipal, assim compreendido na forma do parágrafo único do artigo 1º."

"Art. 3º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo segundo desta Lei, serão lançados em planilhas (anexos I e II) às horas de aulas efetivamente trabalhadas pelos profissionais da Educação Básica municipal."

"Art. 4º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, somente serão lançadas nas planilhas às horas aulas trabalhadas com alunos em dias letivos, em calendário escolar homologado, inclusos HTPC e HTPI, exclusos atividades didáticas pedagógicas e HTPL."

PÁGINA EM BRANCO

Folha 60
Proc. 283/2021
Resp. MCo

"Art. 5º As horas excedentes relativas à substituição de faltas e licenças, projetos, reforço escolar, recuperação, apoio pedagógico e atividades didático-pedagógicas, que não tenham sido objeto de atribuição e publicação, não incorporarão o cálculo para fins do pagamento do abono de que trata a presente lei.

.....

....."

"Art. 6º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, todas as ausências computadas durante o ano letivo serão consideradas em porcentagem do montante de aulas trabalhadas do profissional da Educação Básica municipal, referente ao artigo 3º desta Lei.

§ 1º Entenda-se como ausência computada as definidas nos § 1º e § 2º do artigo 47 da Lei Complementar Municipal nº 036/2003.

.....

....."

"Art. 7º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, os profissionais da Educação Básica municipal deverão dar ciência mensal na planilha e no final do ano letivo, onde será computado seu saldo anual.

.....

....."

"Art. 9º .....

.....

Parágrafo único. Para fins de apuração do valor hora aula do rateio expresso por Var, o Departamento de Contabilidade indicará o valor financeiro remanescente de no mínimo 70% (setenta inteiros percentuais), para ser dividido pelo total de horas aula efetivamente trabalhadas ∑Y'r.

.....

....."

"Art. 11.....

.....

§2º.....

I- até 5 (cinco) ausências anuais: 100% do valor financeiro;
II- 6 (seis) ausências anuais: 90% do valor financeiro;
III- 7 (sete) ausências anuais: 80% do valor financeiro;
IV- 8 (oito) ausências anuais: 70% do valor financeiro;
V- 9 (nove) ausências anuais: 60% do valor financeiro;
VI- 10 (dez) ausências anuais: 50% do valor financeiro;
VII- 11 (onze) ausências anuais: 40% do valor financeiro;
VIII- 12 (doze) ausências anuais: 30% do valor financeiro;
IX- acima de 12 (doze) ausências anuais: 20% do valor financeiro.

PÁGINA EM BRANCO

Folha 61
Proc. 283/2021
Resp.

§3º O saldo remanescente será rateado igualmente entre todos os profissionais enquadrados nos quatro menores incisos em que houver enquadramento.

§4º As ausências de que trata o §2º deste artigo abrangerão todas as espécies de faltas, inclusive as justificadas, exceto as decorrentes de requisição judicial, de acidente do trabalho, licenças profiláticas e licenças de cirurgias não eletivas, reconhecidas pelo Médico do Trabalho ou outro profissional designado pela Administração, licenças maternidade e paternidade, gala e nojo."

Art. 12. (revogado).

Parágrafo único. (revogado).

Art. 13. (revogado).

§1º (revogado).

§2º (revogado).

"Art. 14. O "Abono FUNDEB" deferido aos profissionais, nos termos desta Lei, não será incorporado, em nenhuma hipótese, às respectivas remunerações, nem servirá de base de cálculo para quaisquer reflexos estabelecidos na Lei Complementar nº 036/2003."

Art. 3° As despesas decorrentes da execução da presente Lei, onerarão verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 07 de dezembro de 2021.

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
Presidente

SILAS FERNANDES PINTO
Vice-Presidente

ZÉLIA DO CARMO GRACINDO
1ª Secretária

VALDEIR BEZERRA DA SILVA
2º Secretário

Registrado às fls. ____ do livro competente nº. ____

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense
Estado de São Paulo

Folha 62
Proc. 283/2021
Resp. TRCB

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.° 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	09/12/2021
Unidade Local	Assessoria Legislativa
Unidade de Destino	Prefeitura Municipal
Status	Aguardando promulgação da lei
Prazo	

Américo Brasiliense, 09 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

Ofício 855/2021

Código nº 683.052.992.954

Prefeitura do Município de Américo Brasiliense

Folha 63
Proc. 283/2021
Resp. WC

Fabio S. DEADM - SEC
(via WEB)

Destinatário
Câmara Municipal
· 16 99609-5631
CNPJ 50.513.589/0001-08

Em 15/12/2021 às 10:16

Leis promulgadas

Excelentíssimo Senhor Presidente
Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, as seguintes leis já promulgadas:

- Lei 2373, de 13 de dezembro de 2021;
- Lei 2374, de 13 de dezembro de 2021.

Encaminho ainda os arquivos de textos das referidas leis para o uso que se fizer necessário.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fabio Tavares da Silva
Secretário Municipal

L_2373_2021.docx (55,15 KB)	0 *downloads*
L_2373_2021.pdf (1,29 MB)	0 *downloads*
L_2374_2021.docx (55,96 KB)	0 *downloads*
L_2374_2021.pdf (755,40 KB)	0 *downloads*

Transparência — Quem já visualizou

Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	15/12/2021 às 10:53
Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	15/12/2021 às 10:16

« Voltar - Central de Atendimento

LIDO
Em 07/02/2022
PRESIDENTE

Protocolo 0274/2021 15/12/2021 10:53

PÁGINA EM BRANCO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Folha 64
Proc. 283/2021
Resp. MCB

LEI Nº 2374

De 13 de dezembro de 2021

Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

DIRCEU BRÁS PANO, Prefeito do Município de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 06 de dezembro do corrente ano, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o "Abono FUNDEB" a ser pago aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense e dá outras providências."

Art. 2º A Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O "Abono FUNDEB", será pago anualmente aos integrantes do quadro dos profissionais da Educação Básica de Américo Brasiliense que efetivamente estiverem em exercício dos respectivos cargos, com rateio do valor financeiro remanescente das verbas do FUNDEB, na forma e condições especificadas nesta Lei.

Parágrafo único. Entende-se como integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica municipal, o definido pelo inciso II, do artigo 26 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020."

"Art. 2º Os Departamentos Municipais de Educação, de Finança e de Recursos Humanos, elaborarão planilhas demonstrativas (anexos I e II), com o número de horas aulas efetivamente atribuídas aos profissionais constantes do artigo anterior, durante o ano letivo, de acordo com calendário homologado, assim como o valor total, em reais, remanescentes de no mínimo 70% (sessenta inteiros percentuais) do FUNDEB, vinculado ao pagamento do pessoal do quadro dos profissionais da Educação Básica municipal, assim compreendido na forma do parágrafo único do artigo 1º."

"Art. 3º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo segundo desta Lei, serão lançados em planilhas (anexos I e II) às horas de aulas efetivamente trabalhadas pelos profissionais da Educação Básica municipal."

"Art. 4º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, somente serão lançadas nas planilhas às horas aulas trabalhadas com alunos em

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 4797-BFCC-7069-BD35

PÁGINA EM BRANCO

Folha 65
Proc. 283/2021
Resp.

dias letivos, em calendário escolar homologado, inclusos HTPC e HTPI, exclusos atividades didáticas pedagógicas e HTPL."

"Art. 5º As horas excedentes relativas à substituição de faltas e licenças, projetos, reforço escolar, recuperação, apoio pedagógico e atividades didático-pedagógicas, que não tenham sido objeto de atribuição e publicação, não incorporarão o cálculo para fins do pagamento do abono de que trata a presente lei.

.....

....."

"Art. 6º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, todas as ausências computadas durante o ano letivo serão consideradas em porcentagem do montante de aulas trabalhadas do profissional da Educação Básica municipal, referente ao artigo 3º desta Lei.

§ 1º Entenda-se como ausência computada as definidas nos § 1º e § 2º do artigo 47 da Lei Complementar Municipal nº 036/2003.

.....

....."

"Art. 7º Na apuração do total de horas aulas atribuídas de que trata o artigo 2º desta Lei, os profissionais da Educação Básica municipal deverão dar ciência mensal na planilha e no final do ano letivo, onde será computado seu saldo anual.

.....

....."

"Art. 9º .....

.....

Parágrafo único. Para fins de apuração do valor hora aula do rateio expresso por Var, o Departamento de Contabilidade indicará o valor financeiro remanescente de no mínimo 70% (setenta inteiros percentuais), para ser dividido pelo total de horas aula efetivamente trabalhadas ∑Y'r.

.....

....."

"Art. 11.....

.....

§2º.....

I- até 5 (cinco) ausências anuais: 100% do valor financeiro;
II- 6 (seis) ausências anuais: 90% do valor financeiro;
III- 7 (sete) ausências anuais: 80% do valor financeiro;
IV- 8 (oito) ausências anuais: 70% do valor financeiro;
V- 9 (nove) ausências anuais: 60% do valor financeiro;
VI- 10 (dez) ausências anuais: 50% do valor financeiro;
VII- 11 (onze) ausências anuais: 40% do valor financeiro;

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 4797-BFCC-7069-BD35

PÁGINA EM BRANCO

Folha 66
Proc. 283/2021
Resp. TRIO

VIII- 12 (doze) ausências anuais: 30% do valor financeiro;
IX- acima de 12 (doze) ausências anuais: 20% do valor financeiro.

§3º O saldo remanescente será rateado igualmente entre todos os profissionais enquadrados nos quatro menores incisos em que houver enquadramento.

§4º As ausências de que trata o §2º deste artigo abrangerão todas as espécies de faltas, inclusive as justificadas, exceto as decorrentes de requisição judicial, de acidente do trabalho, licenças profiláticas e licenças de cirurgias não eletivas, reconhecidas pelo Médico do Trabalho ou outro profissional designado pela Administração, licenças maternidade e paternidade, gala e nojo."

Art. 12. (revogado).

Parágrafo único. (revogado).

Art. 13. (revogado).

§1º (revogado).

§2º (revogado).

"Art. 14. O "Abono FUNDEB" deferido aos profissionais, nos termos desta Lei, não será incorporado, em nenhuma hipótese, às respectivas remunerações, nem servirá de base de cálculo para quaisquer reflexos estabelecidos na Lei Complementar nº 036/2003."

Art. 3° As despesas decorrentes da execução da presente Lei, onerarão verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palacete "Benedicto Nicolau de Marino", aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um).

DIRCEU BRÁS PANO
Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 4797-BFCC-7069-BD35

PÁGINA EM BRANCO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Folha 07
Proc. 283/2021
Resp.

Publicada no Departamento competente da Prefeitura Municipal.

FABIO TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal

Registrada às fls. 122/125 do livro competente n.º 41 (quarenta e um).

PÁGINA EM BRANCO

Confere c/ original

Teresa Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo
Matrícula 110

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 4797-BFCC-7069-BD35

PÁGINA EM BRANCO

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Estado de São Paulo

Folha 08
Proc. 283/2021
Resp.

MATÉRIA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 64/2021 - Executivo Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei n.º 1722, de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	15/12/2021
Unidade Local	Prefeitura Municipal
Unidade de Destino	Assessoria Legislativa
Status	Proposição transformada em lei por promulgação
Prazo	

Américo Brasiliense, 15 de dezembro de 2021.

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO

PÁGINA EM BRANCO

Folha 69
Proc. 283/2021
Resp.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 29 dias do mês de março do ano de 2022, nesta Secretaria Legislativa, faço o encerramento do processo nº 283 /2021, contendo 69 folhas, incluindo este Termo.

PÁGINA EM BRANCO

Tereza Raquel Cardoso de Brito
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO